

ESTADO DE SÃO PAULO - CPEC

# Arinos quer que os militares opinem no grupo da Constituinte

ESTADO DE SÃO PAULO

6 JAN 1986

## VITÓRIA AGÊNCIA ESTADO

O ex-ministro Afonso Arinos disse ontem em Vitória, que vários militares farão parte da comissão encarregada de preparar o anteprojeto da Constituição. Referindo-se especificamente ao vice-almirante Mário César Flores, da Escola de Guerra Naval, que representará as Forças Armadas, afirmou: "Ele é muito bom, tenho boas relações com ele. É um sujeito de primeira ordem".

Arinos esclareceu que a colaboração que o militar oferecerá ao anteprojeto será conforme as instruções que receber. "Nós temos que ter contatos permanentes, diálogos constantes e desimpedidos com as Forças Armadas, porque elas não têm uma função apenas — como tiveram até agora — de vigilância sobre o funcionamento da democracia. Elas têm que ter uma participação permanente no funcionamento da democracia. Isto, sim, é importante", disse Afonso Arinos.

"Eu já tenho conversado com o ministro do Exército, com chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e tenho falado na Escola Superior de Guerra e Escola Naval, de onde conheço o almirante Flores. E não há lugar algum no mundo onde a participação das Forças Armadas no sistema de governo não seja importante, porque toda a parte de defesa — não no sentido de manutenção violenta de uma ordem aparente, mas no sentido de estabilidade das instituições — é importante".

A esse respeito, Arinos comentou o recente movimento dos caminhoneiros, "quando se viu aquela provocação. Então, basta aparecerem as Forças Armadas e tudo isso acaba.

Portanto, elas têm significação muito grande na vida democrática, não há nenhum país do mundo em que a Constituição não tenha expressamente referências específicas ao papel das Forças Armadas".

Referindo-se ainda ao papel das forças militares, Arinos disse que elas participam "da defesa das instituições, mas não da segurança nacional, que é entregue à autoridade civil. As Forças Armadas são comandadas por uma autoridade civil, que é o presidente". O ex-chanceler disse não ter dúvidas de que "não há democracia sem escudo armado". Mas alertou não estar falando de países ditatoriais, e sim "dos que têm governos democráticos. As Forças Armadas são instrumento de realização da democracia".

### GOVERNO

Falando sobre as duas alternativas de governo propostas atualmente — parlamentarismo e presidencialismo, Afonso Arinos explicou que não se pode "construir um capítulo sobre o Poder Judiciário, sem saber se o governo é parlamentar ou presidencial, porque as atribuições da Suprema Corte em matéria de controle da constitucionalidade das leis, hoje em nosso país uma cópia dos Estados Unidos, são completamente diferentes da participação da Suprema Corte num regime parlamentar".

Arinos advertiu ser necessário definir o sistema de governo — se parlamentarista ou presidencialista — para que possam ser organizados certos capítulos da Constituição.

O ex-chanceler adiantou que o preâmbulo da nova Constituição deverá condenar a força nuclear como elemento de destruição maciça, fazendo com que o Brasil seja o primeiro país do mundo a adotar tal posicionamento a nível de Constituição.